

NEGRITUDE SEM IDENTIDADE: SOBRE AS NARRATIVAS SINGULARES DAS PESSOAS NEGRAS

BLACKNESS WITHOUT IDENTITY: ON THE UNIQUE NARRATIVES OF BLACK PEOPLE

Maciel Carneiro

Instituto Federal de Pernambuco, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i2.126>

ANDRADE, Érico. **Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

Negras identidades, a filosofia cortante que pode causar uma ferida no rosto da filosofia ocidental. Ferir o Narciso, instituir belezas singulares, experiências outras na pretensa universalidade da razão. Qual razão? Falar de si como exercício de ruptura com o olhar do outro. O Outro que confiscou a razão, construiu um muro entre ela e as subjetividades negras. O sujeito universal, o sujeito branco que brame o pensamento como arma racial. Onde está o ser negro no Ser? O ser negro como fantasma imposto pelo branco. Érico Andrade se fez Oxum e dançou uma dança sedutora e fertilizante no chão da Filosofia, no solo da Psicanálise; fez-se Ogum e talhou Narciso do Ser com machado de ferro. Um texto como escarificação

Logo de início, fez-se narrador de si, deu-se um tempo, um rosto não-branco. Já na primeira sessão – “Negritude como uma experiência subjetiva: do pardo ao negro” –, o autor põe o corpo negro como resistência à identidade ontológica racializada, colonial, inventada para ele pelos brancos. Toma para si, portanto, o ofício de fazer-se, de tornar-se negro. Abre um caminho. Vou chamar essa sessão do texto de Exu, porque rompe com a branquitude (nunca efetivamente alcançada), abre novos modos de se ver no mundo, caminho para a singularidade.

Na segunda sessão – “Raça e modernidade: a criação do negro na filosofia” –, observamos que o negro como raça não foi criado apenas nos desvãos da História, nos navios do Atlântico negro, mas também na



filosofia moderna. Aqui o rosto do sujeito moderno, o sujeito cartesiano que só o é enquanto consciência, enquanto pensamento, sofre um duro golpe de machado, e a máscara cai: existem corpos afro-indígenas cujas tradições e afetos pulsam para além do discurso árido da razão cartesiana. Corpos que narram outras identidades, que não são condenáveis por serem outros. E aqui o golpe fatal: o sujeito cartesiano é ele próprio um discurso identitário, fabricador de um branco universal, espiritual, racional, fundado como fronteira, como negação de outros modos de ser no mundo. Branco fabricado como ser que pensa racionalmente, o ser autônomo, separado de seu corpo, de suas pulsões, de suas danças cósmicas. Fronteira.

Se os discursos racialistas sempre foram lidos como oriundos da Sociologia, do olhar complacente do missionário, do olhar duro do traficante de escravos e do burocrata, Érico Andrade tira o véu da própria Filosofia ocidental. O racismo não era incidental na Filosofia, era um projeto da modernidade. A África, nesse ínterim, serve à episteme racista como *locus* de uma “humanidade deficitária”. E assim caminha a África e seus milhões de corpos para um destino sem normas, sem contratos, sem Estado, sem Razão. Nunca mais ler Hegel sem perceber que ele nega à África qualquer metafísica, qualquer tempo. Qualquer espírito? Filosofia como ode à Europa. Os demais corpos (africanos e indígenas) vagam como animais sem tempo, sem História, presos a fetiches, aos sentidos primários do corpo e da Natureza, aos modos tribais de existir, a uma eterna infância, ao sensualismo.

Promissor para experiências pedagógicas e políticas é ainda o debate aberto sobre estética. Ele tem muito a contribuir para se falar da cor do poder, da estética do belo e do sublime negada aos corpos negros e indígenas. Religião, arte, nesses corpos não-brancos, portanto não autônomos, tornam-se fetiche, experiências não abstratas, logo, fruto de inferior manifestação. E Érico Andrade situa esse debate no chão da história brasileira republicana. A modernidade filosófica desce ao Brasil pós-abolição com grilhões, constrói um quadro de morte, de aniquilamento de todo e qualquer corpo que pareça impedir o progresso humano, leia-se, branco. Projetos políticos higienizadores embranquecem o corpo das cidades, o corpo dos habitantes. Não é mais a escravidão o atraso, é o corpo negro e mestiço. Um pensamento social brasileiro emula um projeto de modernidade que vem como salvação nacional. A República instaurada em 1889 é um período perfeito para discutir corpos e símbolos. Uma *belle époque* tropical surge, no texto, pelo avesso. Quem mira o espelho é o autor negro.

Se a Filosofia não está desligada de um lastro de historicidade é porque o processo mesmo de racialização atinge o nível da corporeidade. O fantasma do racismo é feito de carne. O tema seguinte – “O fantasma do racismo na constituição da experiência subjetiva da negritude” –, novamente, permite leituras cruzadas: corpos como *topos* de sofrimento, de resistência, de alegria. Aqui não é mais o processo de racialização que entra em cena, mas os corpos mesmos, ou melhor, “a experiência da corporeidade negra”. Fanon entra fortemente no debate. Existe aqui, e preciso reproduzir a expressão, um “achatamento ontológico” dos corpos negros. Corpos plurais, mas enclausurados na mesma fantasmagoria dos brancos, em sua imagética. Mas eis o ponto crucial. O corpo negro, indesejado, fabricado como abjeto, posto de lado, contudo, continua. Índice de resistência em si mesmo como corpo coletivo, guardião de uma mesma memória diáspórica, de uma experiência comum de opressão. O corpo que dança, que se move, não dança nem se move só.

Dando continuidade, Érico Andrade é direto: homens e mulheres brancos, ainda que abolicionistas nos tempos da escravização ilegal, não necessariamente são antirracistas. Sua experiência é completamente outra. E nesse ponto, peço permissão ao autor para partilhar uma percepção advinda de meu contato com textos memorialísticos de brancos abolicionistas. Em geral, brancos lamentam que outros brancos açoitem negros, que se mostrem tão “não-brancos” ao tratarem negros impiedosamente. Ao fazerem isso, não humanizam negros nem tocam nas estruturas que construíram o racismo. Ao fazerem isso, conversam com brancos que estariam perdendo “sua humanidade”. O *locus* da humanidade permanece branco. A experiência de sofrimento dos corpos negros propicia que brancos repensem sua própria desumanização, não que humanizem corpos negros, cuja experiência singular de dor em nada lembrava as experiências dos brancos.

Corpos que gingam, que dançam, que partilham de uma mesma gramática, por isso corpos que comunicam. Corpo que pensa? Sim. O corpo negro chamado de “preguiçoso” comunica uma recusa. É gesto. O corpo negro que dança comunica um pensamento circular, um desvio da norma, uma ancestralidade, um movimento, uma performance. A estética não é só pelo prazer (e o prazer é muito importante). A estética como narração de si, como forma de resistência. Volto à dança. Dançar sozinho é (não sei) solidão. Dançar coletivamente é a partilha de afetos. Não se trata de uma repetição de uma forma fixa, de uma tradição. Não existe uma identidade fixa nesse movimento de roda.

Depois de assumir seu próprio relato (caminho, dança, gira); depois de provocar fissuras no rosto da Filosofia e de, após a fissura, apontar o impacto do processo de racialização nos corpos negros, enfim, o sujeito Érico Andrade constrói seu rosto por meio de um relato de si. Relato quase sempre negado aos homens e mulheres negros. O relato, a memória, pode ser próxima de tantos outros sujeitos, mas é singular. Érico tornou-se negro. Não sem conflitos, não sem antes vestir a máscara da Filosofia como forma de embranquecimento. Não sem antes perceber que seu corpo era um móvel estranho na casa da Razão. A escrita final do livro é um exercício de coragem. “Do pardo ao preto: por uma subjetividade reenegrecida e singularizada”, ao mesmo tempo que reafirma que a branquitude é ela própria identitária, constrói uma narrativa poderosa que inverte o Macunaíma, personagem indígena nascido negro que se torna branco. E sim, a ancestralidade indígena pode servir como máscara branca também. Ora a Filosofia, ora um traço indígena mais próximo do branco. Nunca a negrura. Todos os pardos a evitavam. Instala-se a necessidade de um corte.

Uso aqui o machado como metáfora de corte, de cisão. Poderia também usar a pedra. As máscaras que o pardo vestia nunca se fixavam bem ao rosto. O homem pardo, inquieto e poderoso, manejava o arsenal cultural disponível nas instituições de ensino e bibliotecas com maestria, o capital simbólico que os brancos costumam tratar como universal. Mas o corpo, lido como pardo, deixou vazar a memória ancestral, permitiu-se falar de outras singularidades. Nesse processo de ruptura com o “pacto dos pardos”, alguns pais foram mortos pelo caminho. E isso não para se chegar a uma identidade negra essencial, fixa, dada, ela próprio um novo universal. Destruir as máscaras brancas e denunciá-las como contingentes não significa partir para uma África imaginária, um tipo de idílio de uma identidade negra sem contingências, longe da História, essencializada. Nessa empreitada, Érico corta tanto a identidade branca como identidade colonial imposta sobre os corpos negros. Emurge a experiência singular de uma subjetividade negra, corpórea, resistente à identidade, potência estética. Não uma “condição ontológica”.

Érico Andrade termina o livro ainda em movimento. Ele ainda atravessa o caminho observando as encruzilhadas, ele gira, não anda em linha reta, não está à procura de um ponto para descansar disso de viver uma experiência estética singular.

Para fazer a gira não parar, imaginei essa resenha não apenas como uma recomendação de leitura. Correndo o risco de ser acusado de

simplificação pedagógica, de ativismo, penso que o potencial de *Negritude sem identidade* permite criar sequências didáticas em filosofia escolar e em aulas de História; a construção de giras de conversa sobre corpos, de projetos antirracistas, de performances com máscaras e outros recursos. Todas as licenciaturas e cursos de Pedagogia podem se beneficiar de incorporar *Negritude sem Identidade* em seus componentes curriculares, notadamente em Educação e Relações Étnico-raciais ou congêneres. Um livro que pode e deve inspirar outras tantas narrativas singulares.

Por fim, e parafraseando a célebre frase do Tolstói de Ana Kariênina, pode-se afirmar que o livro de Érico Andrade faz pensar que, se todos os processos de racialização se parecem, a subjetivação do racismo afeta os corpos negros cada um a sua maneira. E os relatos dessa subjetivação podem liberar os corpos para práticas de insubmissão.